

DA MONARQUIA DO NORTE À REINSTAURAÇÃO  
DA REPÚBLICA EM PORTUGAL:  
ACTORES E ESTRATÉGIAS POLÍTICAS.  
REPRESENTAÇÕES NAS “MEMÓRIAS”  
DE RAUL BRANDÃO

---

CARLA SEQUEIRA  
*CITCEM/FLUP*

OTILIA LAGE  
*CITCEM/FLUP*

## 1. INTRODUCCIÓN

O presente texto de natureza histórica e sociológica desenvolve-se em dois momentos essenciais

Numa primeira instância, historiográfica e mais descritiva, reconstitui-se em pormenor os principais acontecimentos e antecedentes, como o Sidonismo ou «República Nova», da designada e efémera «Monarquia do Norte» (19 de Janeiro a 13 de fevereiro de 1919), contra-revolução das juntas militares favoráveis à restauração da Monarquia em plena I República Portuguesa (1910-1926), ocorrida na cidade do Porto, com propagação ao norte do país, em especial o Alto Douro Vinhateiro com fortes ligações económico-políticas à cidade do Porto e cujo especial impacto nesta região vitivinícola se observa.

Posteriormente, e numa sequência complementar apresenta-se de modo sucinto um caso de estudo no campo da história cultural e das ideias com enfoque na figura emblemática de Sidónio Pais, o malogrado “Presidente-Rei” e no fenómeno histórico do «Sidonismo» ou «República Nova», antecedente e de certo modo integrante do episódio «Monarquia do Norte» a partir da análise das representações

sócio-culturais do capítulo “Sidónio” das *Memórias* de Raul Brandão (3º tomo – Vale de Josafat).

## 2. OBJETIVOS

No enquadramento concreto do binómio poder e comunicação social no período da I República Portuguesa (1910-1926), entendido à luz da obra inovadora *Memórias* do escritor Raul Brandão, numa óptica de desafios e potencialidades actuais com que nos defrontamos, este texto, construído a partir de fontes históricas directas (imprensa e escrita memorialista) e pensado na interrelação sociedade-política-informação, procura não só investigar e descrever o contexto histórico de profunda crise e mudança coetâneo da I Guerra Mundial em observação, mas visa também analisar na fronteira história-literatura através de memórias e representações sócio-culturais, arenas, estratégias, redes e actores políticos e sociais que ganham em ser objecto de reflexão estrutural, à luz da “potência política da literatura” (Deleuze & Guattari, 1992: 213) que se explicitará melhor na segunda rubrica deste texto.

## 3. METODOLOGÍA

Faz-se uma revisão bibliográfica de trabalhos de referência sobre o tema tratado, apurando o estado da literatura da especialidade, realiza-se depois uma pesquisa histórica e documental concreta e ensaia-se complementarmente, um estudo de caso analítico das representações sociais e culturais de figuras políticas destacadas no campo da história cultural e das ideias, designadamente do poder simbólico. Articulam-se e interpelam-se informações provenientes quer de jornais e revistas, quer de textos memorialísticos coevos. Privilegia-se uma abordagem histórico-sociológica em que relações e estruturas sociais são tratadas como resultados de combinações contingentes de processos e eventos que se identificam e descrevem com base e a partir de fontes históricas, com realce para a imprensa nacional, local e regional da época e acontecimentos investigados e estudados, que se analisam.

#### 4. DISCUSIÓN

Presentes na obra memorialística de Raul Brandão que se propõe para leitura, estudo interpretativo e análise sócio-histórica, sublinham-se as seguintes considerações enquanto guião introdutório a uma discussão a propósito de uma reflexão crítica abrangente e situada, mas que continua actual sobre o tema “Comunicação política: Actores e estratégias”, em foco neste texto.

Algumas das individualidades como, por exemplo, Sidónio Pais, e acontecimentos e entidades nacionais, como “«Sidonismo» ou «República Nova», «Monarquia do Norte» e/ou «Nova República Velha», movimentos regeneradores e republicanos ou monárquicos passadistas e ideários nacionais e estrangeiros que pontuaram o contexto diacrónico anteriormente esboçado, ecoam, (in)directamente, nos retratos de figuras públicas carismáticas, polémicas, intrigas e quotidianos triviais da obra inovadora Memórias de Raul Brandão [1867-1931], clássico da literatura portuguesa, militar de carreira, publicista em importantes jornais e revistas de seu tempo e memorialista coevo dos finais da Monarquia Constitucional, I República Portuguesa e Grande Guerra. Esta sua obra (3 tomos, 1919-1933) “polifónica” e de género híbrido (autobiográfico, diarístico, memorialístico, histórico, ficcional), que, como o autor diz “ajuda a reconstituir a atmosfera de uma época”, representa um repositório polifacetado de ideias e inovações marcantes entretecido de ressonâncias nacionais e estrangeiras intergeracionais. É atravessada, em pano de fundo intrincado, pelas arenas político-económicas e sócio-culturais de Portugal na transição do século XIX para o século XX, que importa visitar enquanto raízes de um passado e utopia de um futuro por vir.

## 5. RESULTADOS

### 5.1. OS PRIMÓRDIOS DA MONARQUIA DO NORTE

#### 5.1.1. A confrontação política durante a «República Nova»

Entre 5 de Dezembro de 1917 e 13 de Fevereiro de 1919, Portugal assistiu ao confronto entre dois sistemas de governação, com acções e concretizações políticas e militares empreendidas tanto por republicanos como por monárquicos. Neste processo, a imprensa desempenharia um papel importante como veículo de comunicação política.

O advento da «República Nova», com o golpe sidonista de Dezembro de 1917, evidenciou a existência de facções e redes, quer monárquicas, quer republicanas, visíveis da escala local à nacional e expressas a nível regional, por exemplo, no Alto Douro Vinhateiro.

O desenvolvimento de redes políticas monárquicas foi promovido pela necessidade do novo regime conservar uma «coligação de apoiantes» (Meneses, 2011: 340-341), desde republicanos históricos a monárquicos, colocando-os em lugares-chave na administração periférica do Estado (Governos Civis, Administrações do concelho, Câmaras Municipais, etc.).

Ao pretender refundar a República, afastando, para isso, o Partido Democrático, que se encontrava no poder, Sidónio Pais possibilitaria o crescimento de grupos políticos conservadores, tanto republicanos (por exemplo, no interior do Partido Unionista) como monárquicos. Assim, a demissão das autoridades democráticas, em Janeiro de 1918, facilitou a ascensão, ainda que temporária, dos unionistas em vários concelhos de Portugal. Os novos líderes políticos locais procuravam aproveitar a oportunidade para organizar o Partido Unionista, que apresentava uma baixa taxa de implantação, e conquistar o poder municipal, não só através das câmaras, mas também de instituições da sociedade civil. Por exemplo, no concelho de Peso da Régua (Região Demarcada do Douro), a imprensa local, afecta ao Partido Democrático, informava que a comissão municipal administrativa, nomeada e empossada em Janeiro de 1918, apresentava um cariz marcadamente

monárquico, bem como o administrador do concelho e a comissão apontada para o Hospital local. Esta afirmação apontava para a existência activa e organizada de um núcleo monárquico no concelho, que se evidenciara já em diversas coligações no âmbito das eleições paroquiais de 1913, pelo que o discurso da imprensa realçava esta “imprudência” das novas autoridades em facilitar aos inimigos do regime republicano os meios que facilitariam o derrube da República<sup>27</sup>.

A insistência na filiação monárquica, antiga ou actual, inseria-se na estratégia das cúpulas republicanas de identificar a nova conjuntura política com o monarquismo, no intuito de criar antipatia relativamente à nova situação política (Santos, 2010). Por sua vez, o discurso das novas autoridades, de pendor conservador ou monárquico, ia também no sentido de descredibilizar os seus antecessores, a quem acusavam de má gestão dos negócios públicos. Em consequência, abria-se um clima de confronto político, que se repercutia nas páginas dos jornais locais e regionais, onde se multiplicavam as acusações de perseguição aos republicanos.

A existência de redes de sociabilidades político-institucionais evidenciava-se também através dos jornais quer de âmbito nacional, quer de âmbito local.

A comunicação da imprensa relativamente à nova situação política resultante dos acontecimentos de 5 de Dezembro de 1917 assumia diferentes configurações, de acordo com a facção política de cada periódico. Assim, a imprensa afecta ao Partido Democrático veiculava um discurso acutilante procurando manter a transmissão do seu ideário político através de artigos de opinião e de reportagens de reuniões republicanas, que classificavam como “uma imponente afirmação de vitalidade e força do partido que as gentes do poder e os seus sequazes locais julgaram ser-lhes fácil exterminar”<sup>28</sup>.

---

<sup>27</sup> R. C. (1918, 06 de Abril). As eleições. *Cinco de Outubro*.

<sup>28</sup> s/a. (1918, 06 de Abril). Partido Republicano Português. Reunião importante. *Cinco de Outubro*.

Criticava-se abertamente Sidónio Pais, apelidando-o de ditador e classificando a obra do Dezembrismo de demolidora e anti-patriótica<sup>29</sup>. Considerava-se a situação política resultante do Sidonismo um equívoco, acusando-o de ter proclamado tratar-se de um movimento republicano mas feito por “oficiais monárquicos”<sup>30</sup>. E concluía-se de forma retórica:

dizem eles que a República estava podre e que o nosso ministro em Berlim [Sidónio Pais] mais o snr. Machado Santos a estão depurando. Se o sr. Sidónio Pais e o sr. Machado Santos a estão salvando, os monárquicos deviam combatel-os ardentemente, furiosamente, com um ardor muito maior do que aquele que têm empregado para combater os homens do regime que até aqui governaram. Ou estão os monárquicos colaborando na obra de saneamento da República?<sup>31</sup>.

Por sua vez, a imprensa ligada ao Partido Unionista (colaborante do novo regime) procurava justificar os acontecimentos políticos. Por exemplo, a imprensa de Vila Real, de pendor unionista, fundamentava a dissolução de organismos administrativos com o facto de se moverem por interesses partidários (democráticos), o que conduziria à contra-resposta, por parte dos visados, de que o governo praticava, com as dissoluções, actos políticos com o objectivo de afastar a oposição e nomear correligionários seus de modo a mais facilmente controlar as elites locais.

Ao mesmo tempo, a imprensa republicana informava da existência de coligações, no contexto das eleições presidenciais de abril de 1918, entre monárquicos e partidos republicanos emergentes (por exemplo, o Partido Centrista). Denunciava-se, assim, a permanência de jogos de interesses entre grupos políticos diferentes, mas com um objectivo comum: alcançar o poder.

Perante este cenário, a estratégia dos republicanos democráticos consistiria em descredibilizar as autoridades e procurar evitar que a Monarquia fosse restaurada, num momento que os monárquicos se apresentavam às eleições em todos os círculos eleitorais. Além disso, as

---

<sup>29</sup> R. C. (1918, 06 de Abril). As eleições. *Cinco de Outubro*.

<sup>30</sup> Quintal, N. (1918, 16 de Janeiro). O equívoco. *Cinco de Outubro*.

<sup>31</sup> Quintal, N. (1918, 16 de Janeiro). O equívoco. *Cinco de Outubro*.

próprias autoridades no poder tentavam, por diversos modos, obstar ao crescimento da influência monárquica no aparelho do Estado. As elites regionais do Partido Nacionalista (partido de Sidónio Pais) procuravam derrubar a preponderância monárquica nas vésperas das eleições presidenciais de Abril de 1918. Para isso, procuravam substituir as comissões municipais, mas sem sucesso devido à falta de apoio dos dirigentes dos restantes partidos republicanos.

Os resultados das eleições evidenciariam, mais uma vez, a existência de uma rede monárquica cuja propaganda dava, agora, os seus frutos. A estratégia empreendida em Trás-os-Montes conduziu a uma votação monárquica elevada, conseguindo a maioria em Vila Real (Silva, 2006, vol. 2).

### 5.1.2 Da Monarquia do Norte à restauração da República

Na sequência do assassinato de Sidónio Pais, em Dezembro de 1918, o poder central ficou nas mãos das Juntas Militares. A nova conjuntura daria azo ao reforço da rede de sociabilidades políticas monárquicas, que rapidamente se uniram às novas autoridades militares, em particular à Junta Militar do Norte. Criava-se, assim, uma nova frente política que manteria o clima de perseguição aos democráticos, no intuito de os manter afastados das estruturas do poder.

O fortalecimento da presença monárquica nos corpos administrativos propiciaria a eclosão, em Janeiro de 1919, no edifício do Governo Civil da cidade do Porto, de um movimento militar que ficaria conhecido como Monarquia do Norte. O texto da proclamação, publicado no «Diário da Junta Governativa do Reino» justificava os acontecimentos:

a luta das facções, movidas unicamente pela ambição do Poder, vem, de há muito impecendo a normalidade da vida social em todas as suas manifestações e promovendo a anarquia que alastra e se arrega por uma forma tão grave que, se alguma força de dentro da Nação não consegue pôr um dique ao avanço de tantas dissoluções crescentes, o desfecho

total só poderá ser uma liquidação vergonhosa sob a tutela de estrangeiros<sup>32</sup>.

Afirmava-se ainda que o esforço feito pelo exército, através da Junta Militar, após o assassinato de Sidónio Pais, no sentido de manter a ordem política estabelecida (sem alterar o regime) se lograra. Considerava-se o governo em funções “fraco para impedir o avanço da anarquia demagógica, que (...) explodiu violenta e ameaçadora em Lisboa, Santarém, Alcobaça e Covilhã, sem falarmos nos sucessos tristes de Vila Real, de que só a má política do Governo foi culpada”. Considerava-se, por isso, evidente a falência do regime republicano, justificando a «urgente necessidade de salvação da Pátria» em que “o regresso ao regime anterior representa a única esperança capaz de alentar o espírito nacional e a aspiração da grande maioria dos portugueses que desejam Paz e Ordem para poderem viver e trabalhar”. Seria então constituído um Governo Nacional, extinto o regime republicano, reposta a bandeira monárquica e abolida toda a legislação promulgada desde a instauração da república, em 1919.

**FIGURA 1.** Proclamação da Monarquia, na cidade do Porto



Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 03 de Março de 1919, pp. 168.

---

<sup>32</sup> Couceiro, P. et al. (1919, 19 de Janeiro). Restauração da Monarquia. *Diário da Junta Governativa do Reino de Portugal*.

Estes eventos constituíram um novo momento de confronto exacerbado, prenunciando uma guerra civil. Segundo a imprensa regional da época, foram inúmeras as violências praticadas as quais teriam provocado a fuga de republicanos<sup>33</sup>.

Um ano antes, em diversos artigos de opinião a imprensa republicana alertava para o “perigo monárquico”, citando jornais monárquicos estrangeiros que afirmavam que o Dezembrismo “trará a ordem a Portugal, país monárquico governado por uma minoria republicana”. Para o autor do artigo, afirmações como esta, repetidas por jornais monárquicos portugueses, aliadas ao rumo político que o país tomava, faziam antever o perigo da Monarquia estar restaurada ainda antes do final da I Grande Guerra. Tanto mais que, embora o governo central ainda fosse republicano, no resto do país o poder estava “nas mãos de adeptos do antigo regime”<sup>34</sup>.

Porém, a experiência política da Monarquia do Norte, que instituiu um governo próprio, não duraria um mês, terminando em 13 de Fevereiro de 1919.

**FIGURA 2.** Grupo de republicanos de Peso da Régua, após a restauração da república



Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 07 de Abril de 1919, pp. 270.

Iniciava-se, então, o processo de regularização institucional, com a recondução de pessoal político de feição republicana. Restaurava-se o sistema de governo republicano que seria denominado de “Nova República Velha”.

<sup>33</sup> s/a. (1919, 01 de Março). Os acontecimentos políticos na Régua. *Cinco de Outubro*.

<sup>34</sup> J. M. (1918, 12 de Janeiro). O perigo monárquico. *Cinco de Outubro*.

Neste processo, revelar-se-ia de importância capital a rede de influências republicana, que se manteve sempre activa e bem organizada em defesa da República e procurando opor-se à influência monárquica. O seu posicionamento e estratégias ensaiadas face à nova conjuntura política revelar-se-iam fundamentais para conseguir o regresso dos republicanos ao poder municipal e regional, em fevereiro de 1919, através de uma coligação entre várias correntes republicanas (democráticos, evolucionistas e independentes), até então nunca experimentada, que acabaria por caracterizar a vida política de vários concelhos durinenses até ao final da Primeira República, em 1926.

## 5.2. UM CASO DE ESTUDO: SIDÓNIO PAIS E SIDONISMO NAS *MEMÓRIAS* DE RAUL BRANDÃO – “REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS”

### 5.2.1. “Sidónio” e Sidonismo, República Nova.

Sidónio Pais foi um dos políticos portugueses do século XX mais controversos, ora odiado ora aclamado. Governou e viveu sempre na fronteira do perigo. Durante um ano habitou o Palácio de Belém, terminou assassinado na Estação do Rossio, Lisboa, a 14 de Dezembro de 1918. Muito se escreveu sobre a sua figura e esta conjuntura política:

Ditadura pós-revolucionária (o Dezembrismo) do major-lente Sidónio Pais, que evoluiria, a partir de Abril de 1918, de forma bastante contraditória, para uma República presidencialista e autoritária (o Sidonismo ou «República Nova»), que já era, de facto, uma ditadura política. (Leal, 2012: 93-116)

Em estudo interpretativo estimulante do Sidonismo, este regime político é assim definido, numa perspectiva histórico-sociológica:

o sidonismo, como episódio decisivo no processo de recomposição fascizante das classes possidentes nacionais, não ultrapassa, todavia, o estágio da ditadura sobre os mecanismos políticos de representação e arbitragem do liberalismo tradicional (...). Autoritária e repressiva como foi, nunca a ditadura chegou, no entanto, a ser uma ditadura completa: nunca o Parlamento, nem os partidos, nem a imprensa de oposição foram totalmente banidos. Na segunda metade do consulado, sobretudo já para meados de Outubro de 1918, as forças mais dinâmicas do bloco em vias de constituição — militares ou monárquicos e, em geral, ambas as coisas ao mesmo tempo — tentaram, com efeito, promover um salto qualitativo na repressão da antiga «classe política»

(...). É nessa altura que surgem, nomeadamente no Porto, as primeiras forças de repressão irregulares de trauliteiros, grupos de caceteiros cujo recrutamento (...) parece bastante «popular» e que o próprio Luís de Magalhães, ministro dos Negócios Estrangeiros da Monarquia do Norte, comparou aos somatenes catalães (...) institucionalizados pelo regime de Primo de Rivera. A violência desta repressão atingiria foros inéditos ainda sob Sidónio. (Cabral, 1979: 373-392)

Elogiado por uns e denegrido por outros, Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais (1872-1918), assim como o Sidonismo “na caracterização ideológica, cultural, político-institucional e sócio-económica do regime republicano em Portugal entre 1890 e 1926”, reconhecido como “ponto de viragem, situado a meio da experiência republicana portuguesa” (Silva, 2000: 307-309), têm sido objecto e motivo de várias narrativas e interpretações opostas em diferentes momentos e tendências historiográficas, em grande parte da produção bibliográfica.

**FIGURA 3.** Retratos de Sidónio Pais



Fonte: Museu da Presidência da República.

**FIGURA 4.** Sidónio Pais em Vendas Novas



Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 25 de Fevereiro de 1918, pp. 141.

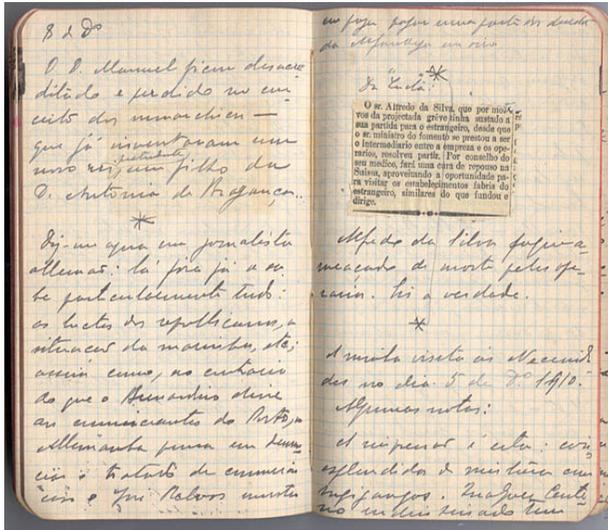
Conforme escreve Raul Germano Brandão [1867-1931] sobre Sidónio Pais, político, militar e lente de Matemática na Universidade de Coimbra, de quem foi colega na Escola do Exército (1891-1894):

Havia nele uma distinção que os outros não tiveram; não sei o quê, que atraía os homens e principalmente as mulheres — desprendimento de si próprio, arrojo, amor dos humildes (...) metade príncipe, metade condottiere, seduziu, passou como um relâmpago (...). Os monárquicos só podem desejar a monarquia — e ele teve a existência que têm sempre os homens que procuram conciliar forças adversas. Duram um momento. Desaparecem num momento. (Brandão, 1933: 102-103)

Assim, e com simpatia por este político charneira numa relação “eu”/“outros”, sobretudo os mais desfavorecidos, Raul Brandão, escritor e também militar de carreira, traça-lhe o perfil pessoal e social, iluminando, em estilo memorialístico, cinematográfico, com rigor histórico, sentido de humor crítico e profunda reflexão, o enredo e ambiente político-social deste período conturbado de mudanças, fracturas,

e confrontos político-sociais, proporcionando uma leitura empolgante e compreensão mais densa, como é próprio da sua inovadora escrita literária da matéria histórica que pensa e trabalha “por dentro” acontecimentos e figuras.

**FIGURA 5.** [Memórias: apontamentos], de Raul Brandão, 1910-1911



Fonte: BNP Esp. D2/703.

Assim, a obra memorialística de Raul Brandão, autor clássico da literatura portuguesa e intelectual finissecular, representa na contemporaneidade, um repositório de ideias polifacetadas e inovações marcantes. Escritor, publicista em importantes jornais e revistas de seu tempo, coevo dos finais da Monarquia Constitucional, I República Portuguesa e Grande Guerra, legou-nos sobre este período histórico nacional, um testemunho memorialístico único na sua “obra polifónica” *Memórias*, em três tomos (1919-1933), que “ajudam a reconstituir a atmosfera de uma época”. Obra inovadora de “género híbrido” (autobiográfico, diarístico, memorialístico, histórico, ficcional), as *Memórias* abarcam esse período complexo de profunda crise e mudança político-social de Portugal, de que Brandão é “testemunho angustiado” (Ceccucci, 2017: 46). Perpassam na sua escrita dialógica “acontecimentos muitas vezes dramáticos, respeitantes à coisa pública e aos grandes personagens literatos e/ou políticos, que dominam a

cena de que o autor, seu contemporâneo, colhe com espírito crítico, como testemunho envolvido, as diferentes performances, repropondo-as ao leitor” (Ceccucci, 2017:46).

Individualidades e entidades nacionais, movimentos regeneradores e republicanos ou monárquicos passadistas e ideários nacionais e estrangeiros pontuam a conjuntura histórica aí delineada onde emergem retratos de personagens emblemáticas mais ou menos polêmicas dos mundos cultural, literário, artístico, económico, político e jornalístico.

As *Memórias* brandonianas, atravessadas por arenas políticas, são uma narrativa urdida em curtas e impressivas descrições e interpelações, com distanciamento crítico e reflexivo, onde emergem quer os grandes nomes públicos, homens das letras e artes, como o poeta Guerra Junqueiro e o pintor Columbano, amigos do escritor, ou figuras políticas notáveis desta época, entre outras, Sidónio Pais, quer o povo obscuro dos humildes e vencidos, as intrigas e quotidianos triviais da ambiência social.

O discurso unilinear – reflexo da atividade jornalística/publicista brandoniana – rompe com a ideia de unidade temporal e valoriza na representação imaginária dos acontecimentos a impressão da durabilidade. Por razões inerentes ao pensamento e imaginário de Brandão, reconstrução de tempo histórico e reconstituição de interioridade, conjugam-se entre narrativa histórica e discurso literário em suas *Memórias*, momentos autobiográficos e textos fragmentários de um “diário político” do “real” pensado e descrito, reflexivamente, com distanciamento crítico.

#### 5. 2.2. Interpretação analítica do texto “Sidónio” in *Memórias* de Raul Brandão: “representações sociais”, cultura e poder

Observe-se, enquanto exemplo paradigmático ao nível abrangente da comunicação e do pensamento o texto “Sidónio”, breve capítulo das *Memórias* brandonianas documentado por informações controversas de panfletos volantes, folhetos, impressos, jornais de referência e imprensa notória da capital do país à época, uma época de guerra e epidemias mortais, em que o espectro da morte e os desejos de salvação se impu-nham.

Daí que a abordagem a este texto brandoniano ganhe em ser desenvolvida no campo da nova “história da cultura” e da sociologia pela via das “representações sociais” e do poder (Chartier, 1990: Bourdieu, 2006). Importa explicitar que a cultura, as representações e as práticas sociais são trespassadas por relações de poder e, de forma exemplar, as que concernem à esfera política em suas distintas encarnações históricas. Seguem-se aqui as perspectivas do historiador da cultura Roger Chartier e do sociólogo Pierre Bourdieu que, com visões semelhantes, contribuem para se compreender a dinâmica e complexidade da realidade e do mundo social, das práticas culturais e políticas. Segundo estes autores as “representações” são construções sociais da realidade, em que os sujeitos fundamentam as suas visões de mundo a partir dos seus interesses e dos seus grupos que criam representações de si próprios, fundamentando as suas visões de mundo sobre as experiências históricas. As representações visam construir o mundo social, sendo matrizes dos discursos e das práticas dos grupos. Estão localizadas no tempo e são social e historicamente construídas pelos sujeitos e seus respectivos grupos. Contribuem para a análise dos conflitos que surgem no interior das sociedades e o entendimento das múltiplas relações que os sujeitos e determinados grupos com diferentes visões do mundo mantêm com o mundo social, que é representação e vontade, edificando significados e sentidos para a vida dos homens e mulheres que o integram em sua heterogeneidade.

No “campo social”, permeado de tensões e interesses conflitantes dos grupos, existem as “lutas de representações”, que se processam através dos discursos e têm tanta importância como as lutas económicas na compreensão dos mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus e o seu domínio. Para compreendê-las, Chartier enfatiza que é necessário “discernir a posição de quem fala e identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler” (Chartier, 1990: 17). Na medida em que as representações são incorporadas pelos sujeitos, revelam-se pelo “poder simbólico”, um “poder invisível o qual só pode

ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (Bourdieu, 2006: 7).

O texto memorialístico “Sidónio” de Raul Brandão (Brandão, 2017: 477-488) em análise inicia-se, assim, sugestivamente, em suspense, como peça dramática: *GOLPE DE MÁGICA. DE UM DIA PARA O OUTRO...todo o cenário se transforma. Outros interesses e mais ódios*. Desenvolve-se numa impressiva narrativa em quatro sequências cronológicas num ano (Dez. 1917 a 22 Dez. 1918) de “nevrose colectiva e ódios”, em que, de modo nada linear, se encenam expressivos quadros quotidianos sociais, momentos e acontecimentos políticos descritos em género dramático. Configura-se como diário político e social, atravessado por relações, tensões, conflitos e interesses contrastantes de sujeitos e grupos que permeiam o discurso memorialístico em múltiplas “representações sociais” e lutas de representações em que se revela um “poder simbólico”, cúmplice e invisível, permitindo compreender a dinâmica e complexidade de uma realidade histórica heterogénea. Perante tal conjuntura política, observada mais por dentro da acção humana e da vida, Brandão caricaturiza, com humor inteligente e sensível, algumas figuras dominantes fazendo, por fim, esta reflexão profunda sobre sujeitos, grupos, actores, redes, instituições, o povo e até países, interpelando-se e convocando-nos, dubitativamente, em modo “existencialista”:

Se todos nos quiséssemos ouvir, encontraríamos, talvez, dentro da nossa alma, a explicação... Ódio, terror e o desconhecido. Andaram também metidos nisso políticos e ao que se diz até um padre – nas ruas são personagens insignificantes que entram em todas as tragédias... - cada vez estou mais desconfiado que o dedo de Espanha andou no 19 de Outubro... Passados meses já a Guarda tramava outra revolução... Assisti a algumas sessões cujo fim era dissuadi-la desse crime... (Brandão, 2017: 488)

- “Dezembro de 1917”

Pela primeira vez o povo de Lisboa que defendeu os bancos em 5 de Outubro, aproveita a ocasião e assalta as lojas. A casa do Afonso Costa é saqueada (...) Uma peixeira fugia com um candelabro – e já outras bichas se preparavam para mais assaltos. Afonso Costa foi preso no Porto... A saída foi dramática... Isto é o que contam os monárquicos do Porto, com uma esperança secreta que manhã pode ser realidade... É que toda a gente está farta dos políticos. (...) Mas, pergunta-se: os

democráticos e os políticos deixam-se espoliar pelo Sidónio? (Brandão, 2017: 477-478)

- “18 de Janeiro de 1918”. Derrube do governo de Afonso Costa e destituição do Presidente da República Bernardino Machado pela Junta Revolucionaria presidida por Sidónio Pais com quem estão todos os conservadores e a província

Sidónio chegou hoje do Norte. Teve uma manifestação imponente como nunca vi fazer aos reis. Vivas, palmas, toda a gente na rua. ...Sente-se que esta ovação é, ao mesmo tempo, uma pateada ao Afonso Costa, escorraçado, preso em Elvas e que, como um fantasma, não sai do fundo do quadro. ... Todos os conservadores, a província em peso, estão com o Sidónio. Saem procissões. O pior é que a vida é cada vez mais difícil, e até nas aldeias aparecem pasquins: - A fome não tem lei, lembrem-se da Rússia.” .... – nunca se enriqueceu como agora, de um dia para o outro, quando há fomes em muitos lares e aldeias em peso emigram para o Brasil. No outro dia, em qualquer terriola do Douro, fecharam as portas e abalaram co as trouxas – homens, velhos e crianças. E o padre, ao vê-los passar disse, num pasmo : - Ah, vocês vão todos?... Então esperem aí que eu também vou... - E foi. Deu volta à chave da igreja e foi”. (Brandão, 2017: 479-480)

-“14 de Dezembro de 1918. Morte de Sidónio. Outro assassinato!<sup>35</sup> Estava exausto... Era uma figura alta e distinta, adorado pelas mulheres – e que não conseguia passar sem saias à sua volta (...) não sei se pressentiu o fim Do grande partido que apoiava o Sidónio, ficaram de um dia para o outro, meia dúzia de pessoas”. (Brandão, 2017: 480-482).

- “22 de Dezembro”

A toda a hora se espera outra revolução em Lisboa. A toda a hora. (...) Atrás de um movimento conservador prepara-se sempre um movimento jacobino. Ódios e mortes. (...) Sidónio foi a bandeira dos monárquicos, dos germanófilos e dos defectistas. O que vai suceder? E Junqueiro responde: - A isto que aí está sucede o bolchevismo. E como o bolchevismo, no nosso povo é inconsciente e não intelectual como na Rússia – ao fim de um mês, que e o que pode durar, temos uma espada imposta pelos conservadores. (...) Os governos não valiam um cigarro (...) A atmosfera era de terror (...). (Brandão, 2017: 482-485)

---

<sup>35</sup> Brandão, 2017: 480 - *Papeis espalhados em Lisboa*, nota 1.

Mas Brandão, não deixa também de referir um artigo de Egas Moniz, subsecretário dos negócios estrangeiros com o presidente Sidónio, e futuro Prémio Nobel de Medicina (1949), publicado em *Situação* (15 de Julho de 1919) transcrevendo-o :“O Dr. Sidónio Pais foi o maior e mais desvelado amigo que até hoje teve em Portugal a Aliança Inglesa...” e comentando-o assim brevemente: “Isto é uma das faces da verdade - mas não é a verdade” (Brandão, 2017: 483).

## 6. CONCLUSÕES

Atendendo agora à “potencia política da literatura” contra os poderes do mundo, segundo a filosofia Deleuziana sugerida por este texto de Raúl Brandão, que procede por “linhas de fuga”, à semelhança, do que ocorre na sua escrita universal, poderá deduzir-se, que

a literatura, como estilística da existência, remete necessariamente à ética e à política, pois, afinal, são os estilos de vida que nos constituem historicamente de um modo ou de outro. Criar, nesse contexto, significa, pois, estabelecer uma relação consigo que nos permita resistir, furtar-nos, fazer a vida ou a morte voltarem-se contra o poder. (Deleuze & Guattari, 1992: 213)

Assim se justifica e fundamenta a nossa escolha deste estudo de caso a desenvolver ainda.

Nesta rubrica tentou-se sublinhar, numa aproximação interdisciplinar, algumas interacções entre o factual e o ficcional, o histórico, o memorialístico, o ideológico e o literário que interagem nas arenas políticas, redes e agentes dos meios de comunicação social.

Neste período histórico conturbado de confrontos entre múltiplas e difusas tendências monárquicas e republicanas veiculadas pelos mais diversos meios de comunicação e pensamento, o caso da figura e contexto de Sidónio Pais e do Sidonismo ou República Nova (Silva, 2000: 307-309, 349), pareceu-nos melhor interpelado e iluminado em suas imagens díspares pelas Memórias de Raul Brandão, obra pouco investigada sobretudo no domínio da História.

Nesta linha de pensamento ganha especial relevo o notável testemunho memorialístico de Raul Brandão, sobre “Sidónio”

(personagem e enredo – ver Brandão, 1933: 102-103) mais citado do que lido e estudado, cuja abordagem interpretativa à luz das “representações sociais” se justifica e fundamenta, para um conhecimento mais denso deste período de grande agitação e incerteza.

Este caso é, ao mesmo tempo, um bom exemplo do significado e alcance das “representações sociais e lutas de representações”, num entendimento mais profundo e complexo de permeabilidades e contaminações subtis que interferem nos registos históricos, na sua reconstituição e interpretação através de uma reflexão distanciada, crítica e documentada pela “realidade dos factos” vivida e interpelada a partir de uma diversidade contrastante de fontes de informação díspares e complementares num fazer e refazer contínuos em busca de verdades sempre ocultas, incompletas e mutáveis.

Os conceitos de “cultura”, “representação” e “poder”, aplicados em diversas áreas do conhecimento, por vezes, com olhares distintos, são interdisciplinares e relativamente fecundos, contribuindo para iluminar a investigação e compreender melhor a diversidade das experiências históricas e complexidade das relações sociais, políticas, económicas e culturais dos sujeitos e grupos, sobretudo se aplicados como suportes teóricos, de modo flexível e adaptados aos objectos de estudo, em concreto, como se procurou fazer.

## 7. REFERENCIAS

- Bourdieu, P. (2006). O Poder Simbólico. 9ª ed. Bertrand Brasil
- Brandão, R (1933). Vale de Josafat. III volume de Memórias Seara Nova, pp. 102-103
- Brandão, R. (2017). Memórias. Quetzal Editores Obras Completas, vol I, II, III, p. 477- 489.
- Cabral, M. V. (1979). A Grande Guerra e o Sidonismo (esboço interpretativo). *Análise Social*. vol. XV (2.º) (58) (pp. 373-392)
- Ceccucci, P. (2017). Autobiografismo, confessionalismo e Escrita autoficcional nas Memórias de Raul Brandão. In Câmara Municipal do Porto (Org.). Raul Brandão:150 anos (pp. 38-49)

- Chartier, R. (1990). *A História Cultural: entre práticas e representações*. Bertrand Brasil
- Couceiro, P. et al. (1919, 19 de Janeiro). *Restauração da Monarquia*. Diário da Junta Governativa do Reino de Portugal.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1995) *Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia*. Editora 34, v. 1
- Deleuze, G. & GUATTARI, F. (1992). *O que é a Filosofia?* Editora 34
- J. M. (1918, 12 de Janeiro). *O perigo monárquico*. Cinco de Outubro.
- Leal, E. C. (2012). António José de Almeida e a República. In E. C. Leal (Coord) *Monarquia e Republica*. Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (pp. 93-116)
- Meneses, F. R. (2011). Sidónio Pais e o Sidonismo. In L. Amaral (Org.) *Outubro: a revolução republicana em Portugal (1910-1926)*. Edições 70 (pp. 227-256)
- Quintal, N. (1918, 16 de Janeiro). *O equívoco*. Cinco de Outubro.
- R. C. (1918, 06 de Abril). *As eleições*. Cinco de Outubro.
- Santos, M. D. (2010). *A contra-revolução na I República, 1910-1919*. Imprensa da Universidade de Coimbra
- Silva, A. B. M.. (2000) Sidónio e Sidonismo entre a história e a literatura. *Revista de História das Ideias*. Vol. 21, 307-388
- Silva, A. M. da (2006). *Sidónio e Sidonismo*. Imprensa da Universidade de Coimbra, Vol. 2
- s/a. (1918, 06 de Abril). *Partido Republicano Português. Reunião importante*. Cinco de Outubro.
- s/a. (1919, 01 de Março). *Os acontecimentos políticos na Régua*. Cinco de Outubro.